

Superexploração no século XXI: O renovado debate internacional em torno à categoria e proposta de síntese

Super-exploitation in the twenty-first century: the renewed international debate around the category and a new proposed synthesis

*Rodrigo Emmanuel Santana Borges¹
Camilla dos Santos Nogueira²
Pollyanna Paganoto Moura³
Aline Faé Stocco⁴*

Resumo

O escrito faz uma síntese crítica da controvérsia contemporânea em torno à vigência e relevância da superexploração da força de trabalho, em termos concretos e como categoria de análise. Indica pontos principais de suas abordagens atuais na América Latina. Traz, outrossim, novos elementos e perspectivas de autores como John Smith, Andrew Higginbottom e Intan Suwandi. Faz-se nova proposta de delimitação da categoria e de sua relevância. Além de pôr em diálogo direto termos e percursos distintos pelos quais se produziram avanços e debates, a partir da nova síntese sobre tal forma de ampliar a extração de mais-valia, reflete sobre relações entre: transferências de valor, superexploração e dependência; superexploração e exploração; e ‘cadeias globais de valor’ e magnitude da superexploração.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Superexploração da força de trabalho. Crítica da Economia Política.

Abstract

The paper makes a critical synthesis of the contemporary controversy surrounding the validity and relevance of the super-exploitation of labor power, in concrete terms and as an analytical category. It indicates main points of current approaches on the subject in Latin America. It also brings new elements and perspectives from authors such as John Smith, Andrew Higginbottom and Intan Suwandi. A new proposal is made to delimit the category and its relevance. In addition to putting in direct dialogue different terms and paths through which advances and debates took place, based on the new synthesis on such a way to expand the extraction of surplus value, it reflects on the relationships between: value transfers, super-exploitation and dependence; super-exploitation and exploration; and ‘global value chains’ and the magnitude of super-exploitation.

¹ Doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. Bolsista de pós-doutorado (EDITAL FAPES/CAPES N. 10/2018 – PROFIX 2018) no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFES. E-mail: rodrigo@imperialismoedependencia.org.

² Doutora em Política Social pela UFES. Atualmente economista da equipe técnica de acompanhamento das ações socioeconômicas de recuperação da Bacia do Rio Doce, porção capixaba, alocada na Secretaria Estadual de trabalho, assistência e desenvolvimento social do Espírito Santo. E-mail: camilladossantosnogueira@gmail.com.

³ Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Atualmente é professora substituta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: pollyannapaganoto@hotmail.com

⁴ Doutora em Política Social pela UFES. Atualmente é professora do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: aline.stocco@ufvjm.edu.br

Keywords: Marxist Dependency Theory. Superexploitation of labor power. Critique of Political Economy.

1 Introdução

Em meio aos renovados estudos e debate em torno da dependência e imperialismo, surgiram novas interpretações e controvérsias em torno à categoria *superexploração da força de trabalho*. Além da polêmica regional, impulsada por pensadores latino-americanos, economistas políticos dos grupos de trabalho sobre imperialismo e teoria marxista da dependência da IIPPE (*International Initiative for Promoting Political Economy*), e autores próximos à ‘*Monthly Review*’ retomaram a pertinência da superexploração nos debates sobre o capitalismo e imperialismo contemporâneos.

O presente trabalho faz uma síntese crítica da controvérsia contemporânea em torno ao conceito e relevância da superexploração. Percorre, primeiramente, os pontos principais das abordagens atuais na América Latina a respeito da mesma. Traz, na sequência, novos elementos e perspectivas que autores como John Smith, Andrew Higginbottom e Intan Suwandi constroem a partir de seus estudos. Assim, além de pôr em diálogo direto alguns termos e percursos distintos pelos quais se têm produzido novos avanços e debates, algo até o momento não realizado⁵, refletimos sobre três temas específicos a partir do novo acúmulo reunido em torno dessa forma de ampliar a extração de mais-valia: o tripé transferências de valor, superexploração e dependência; a relação da superexploração como categoria e a exploração capitalista; e as ‘cadeias globais de valor’ contemporâneas junto a dimensões quantitativas da superexploração.

2 Superexploração no debate contemporâneo latino-americano

Entre os trabalhos recentes, centrar-se-á a síntese sobre críticos quanto à existência ou relevância da noção de superexploração, mas aderentes a uma interpretação marxista da dependência, como Franklin⁶(2015, 2019)e Katz(2018, 2019), além das posições dos vários autores que apresentaram análises em defesa ou recuperação crítica do conceito.

Franklin e Katz reconhecem a existência e importância de pensar a dependência e suas particularidades, e colocam a ênfase maior em trocas desiguais (retomaremos este debate adiante). Porém, visualizam problemas do conceito de superexploração, como violação do valor da força de trabalho, que desvirtuariam a teoria do valor trabalho de Marx, já que representariam uma negação do mesmo.

Além disso, para Katz (ibidem), haveria problemas de consistência no conceito visíveis diretamente a partir de duas perspectivas. Por um lado, no debate sobre a generalização da

⁵ O escasso diálogo se mostra, por exemplo, na completa ausência de referências, em livros recentes de escritores importantes da América Latina (OSORIO, 2016; CARCANHOLO, 2017; LUCE, 2018), aos trabalhos do grupo de autores em torno da *Monthly Review* e IIPPE.

⁶ O trabalho de Franklin tem grandes méritos, na busca de rigorosidade, minuciosidade e originalidade. Ainda que no presente escrito fiquem em destaque algumas discordâncias, não pretendem desmerecer a qualidade e profundidade analítica do trabalho.

superexploração da força de trabalho, sugerida por Marini no texto “Processo e tendência da globalização capitalista” (1996), ficaria perdida a superexploração como especificidade dos países dependentes. Por outro lado, na defesa, tanto por autores que defendem que os países dependentes têm valor drenado para o exterior, como alguns que defendem que as regiões dependentes recebem valor do exterior, por conta da renda fundiária⁷, de que existiriam, centralmente, processos de superexploração da força de trabalho nessas regiões, a vinculação desses com transferências de valor se mostraria inconsistente.

Assim, em vez da existência de superexploração do trabalho, autores como Katz e Franklin veriam como fundamental a formação de espaços nacionais com diferentes valores da força de trabalho – correspondendo às regiões dependentes menores valores da força de trabalho e, portanto, maiores taxas de exploração. Ou seja, não haveria ou seria relevante a superexploração, mas maior(es) taxa(s) de exploração por um valor menor da força de trabalho.

Dois problemas podem ser identificados com relação a esta visão.

O primeiro, já indicado por Osorio(2016) é uma potencial tendência a identificar salário com valor de força de trabalho, e identificar valor e preços, algo que contrasta com todo o esforço de Marx em diferenciá-los e procurar a compreensão do primeiro como fundamento dos últimos.

Outra contradição, ainda que menos evidente, é que, de parte de pensadores⁸ que buscam em distintos debates ressaltar o aspecto positivo da lei do valor⁹. De parte de autores desta linha tendem-se: ou a negar seja a existência, seja a centralidade da troca desigual; ou a ressaltar que haveria uma tendência de maiores taxas de exploração nos países centrais – de acordo com Marx – quer por sua mais elevada produtividade do trabalho, quer pela centralidade e efetividade dos mecanismos de mais-valia relativa. Como seria possível, então, defender o aspecto positivo da lei do valor – de impossibilidade de superexploração como algo mais que acidental ou marginal – e a existência de taxas de exploração maiores nos países dependentes, (algo que contradiz frontalmente esse mesmo aspecto), nos termos de outros autores preocupados com interpretações similares da lei do valor, que encontram em suas estimativas empíricas?

Colocadas brevemente essas críticas à noção, passemos à síntese de aspectos trazidos pelos estudiosos que defendem a noção de superexploração no momento atual. Em trabalho mais delimitado em torno à superexploração, Duarte(2015, 2016) recupera as teorias de marginalidade social de Aníbal Quijano e José Nun, procurando os elementos comuns com a tese de Marini de superexploração da força de trabalho, com vistas a apontar bases de uma economia política do

⁷ Cf. , entre outros, Iñigo Carrera (2017, 2018) e Juan Kornblith (2012)

⁸ Cf. por exemplo Shaikh(1990), Guerrero(1997), Astarita(2011).

⁹ Inclusive, por exemplo, no debate concernente à formação de preços de produção. Aqui tomamos o termo ‘aspecto positivo da lei do valor tal qual trabalhado por LUCE (2018), ainda que para contexto distinto.

trabalho nas economias dependentes. Amaral(2018) reflete sobre uma potencial vinculação dialética entre superexploração e transferências de valor, e Nogueira(2018) questiona a tese de generalização da superexploração a partir de interpretação similar, ao defender a mesma como categoria específica dos países dependentes.

Efetivamente, em linhas gerais estas abordagens concordam com o trabalho, de maior escopo, refletido no livro “*Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis*” de Marcelo Carcanholo(2017). Em sua análise, fica patente a defesa da categoria de superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência, mas sempre ressaltando sua vinculação à transferência de valor, entendida como parte da essência da dependência. Nesses termos, lemos:

Dussel (1988, p. 313) interpretou, equivocadamente, fundamento se fosse essência. Assim, a superexploração não poderia ser a essência da dependência, se não uma consequência específica dessa essência, a saber, a transferência de valor da periferia para o centro. Não obstante, fundamento, naquela passagem, e na teoria de Marini, não pode ser entendido assim. Enquanto a essência está mais relacionada com aquilo que de fato é, fundamento é algo próprio da razão de ser, a especificidade de que aquilo seja como é. (CARCANHOLO, 2017, p. 107, tradução nossa)

O autor argumenta, também, que a superexploração, enquanto forma de elevar a taxa de mais-valia, poderia se dar em qualquer parte, mas a densidade como categoria explicativa só ocorreria no contexto da dependência, uma vez que aos países dependentes estaria ‘vedada’ a elevação da produtividade pela dependência tecnológica, além do forte impulso como mecanismo de compensação da transferência de valores. Assim, as formas de proceder à superexploração, estas, sim, passíveis de generalização, seriam um elemento distinto do próprio conceito como categoria para pensar a dependência.

Dessa forma, em raciocínio similar ao de Katz (sem compartilhar a mesma conclusão), argumenta-se pela importância das transferências de valor, por um lado, e pelo reforço do lócus da categoria de superexploração apenas como categoria específica dos países dependentes.

Sotelo e Osorio defendem e avançam, cada um à sua maneira, no conceito de superexploração legado por Marini. Ambos interpretam até mesmo que, de fato, presenciou-se uma tendência de generalização da superexploração para o seio dos países imperialistas.

Não obstante, Sotelo(2003, 2008, 2012, 2016) sustenta que a superexploração havia sido pensada, inicialmente, para entender a especificidade das economias dependentes, mas que na atualidade essa forma de elevação da extração da mais-valia estaria articulada aos demais métodos de extração de mais valia das principais empresas transnacionais no capitalismo(AISCAR, 2019). A extensão da superexploração mostraria a centralidade do conceito para compreender todo o capitalismo contemporâneo, não mais apenas a dependência.

Já Osorio(2018a, 2018b), em seus trabalhos recentes, e na polêmica travada com Claudio Katz, demarca uma posição bastante clara, próxima a dos autores referidos na próxima seção. Superexploração seria uma forma de aumentar a exploração, cuja característica central é que se faz por meio da violação do valor da força de trabalho. Essa violação é o que a diferencia tanto da mais-valia relativa quanto da absoluta, que pressupõem o pagamento integral do valor da força de trabalho. Além disso, procura sintetizar e responder às críticas geralmente feitas contra o conceito. Em particular, ressalta a dialética negativa do método marxista, em que processos são simultaneamente ser e não-ser, cuja luta explica o movimento, e cuja compreensão elimina a dicotomia e ressalta a relação interna da unidade de contrários. Também remarca como, em várias passagens, Marx reconhece como mecanismo fundamental pagar salários abaixo do valor da força de trabalho, mas que não trata teoricamente do assunto por estar centrado na “análise geral do capital”. Assim, “atentar e violentar o valor da força de trabalho emerge então como a contra-cara necessária da expansão e desenvolvimento do valor” (ibid, 2016, p. 149-159, tradução nossa).

Em sua perspectiva, então, sustenta que a superexploração é uma forma de elevação da extração de mais-valia, e, como tal, não é, por definição, privativa das economias dependentes. É possível pensar que as formas pelas quais se expressa atuem em maior grau, em relação ao passado, nos países centrais imperialistas. Ainda assim, seria fundamento apenas da dependência, na medida que, para as formações sociais dependentes, seria uma forma dominante e estrutural de dinâmica da extração de mais-valia. Nos países centrais, teria um papel muito mais delimitado e restrito, seja como característica marginal em geral, ou mais marcada apenas circunstancialmente, como, em particular, nos momentos de crises cíclicas e como recurso à sua superação.

Dessa forma, o autor não encontra problemas em supor o sistema mundial como unidade de diversas formas de exploração, superexploração incluída:

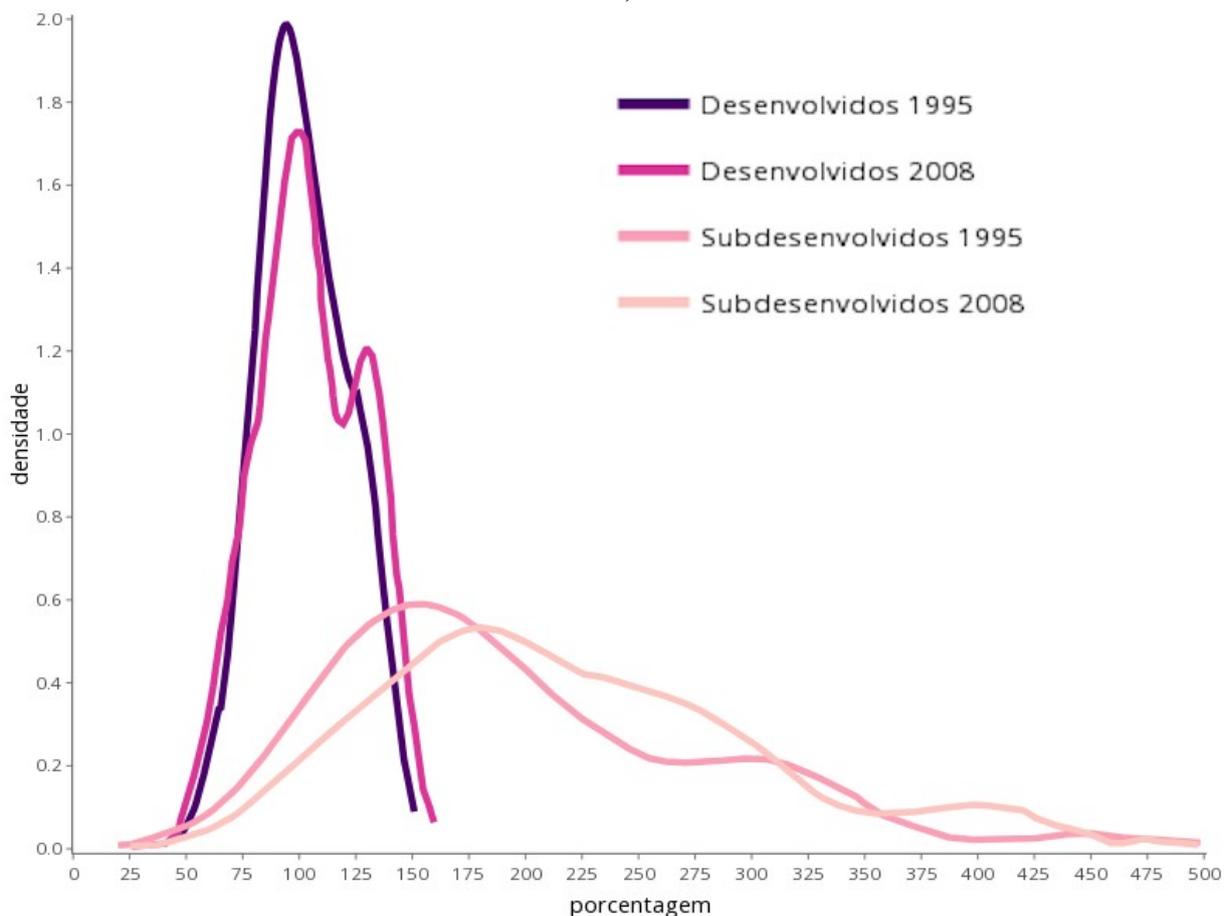
“O problema, portanto, não está em afirmar a universalidade da superexploração, mas em não distinguir as formas específicas que predominam no mundo imperial e no mundo dependente, e as consequências diferenciadas que isso provoca nas formas em que o capital se reproduz, assim como as bases diferenciadas que estabelece para o desenvolvimento da luta de classes.” (ibidem, p. 173, tradução nossa, grifo do autor)

Luce(2018) prossegue em linha muito próxima a de Osorio, defendendo que a superexploração implicaria a ‘violação do valor da força de trabalho *na* lei do valor’, isto é, sem significar uma incoerência quanto à lei do valor, fazendo parte (ou inscrita na) lei do valor compreendida em uma dimensão dialética que inclui a negação. O autor também faz um grande esforço em se contrapor a confusões e críticas com relação ao conceito, identificando as principais como:

“... alguns dos erros [...] que tomam a superexploração como sinônimo de: 1) persistência de formas antediluvianas do capital; 2) taxa superior de mais-valia; 3) predomínio de mais-valia absoluta e ausência de mais-valia relativa; 4) ausência de elevação da produtividade; pauperismo e tese subconsumista; 6) circulacionismo; 7) tendência geral do capitalismo em todo lugar; 8) anulação da lei do valor” (LUCE, op. cit., p. 136-137)

A forma de desconexão proposta entre a categoria superexploração e grau de exploração medido pela taxa de mais-valia, leva o autor a afirmar, ainda que implique elevação da taxa de mais-valia, “no entanto, na maior parte das vezes, a superexploração ocorre porque se opera a uma taxa de mais-valia menor no âmbito do capital social total, na economia mundial” (ibidem, p. 141). Neste ponto, cabe matizar que, em muitos dos trabalhos que procuram estimar taxas de mais-valia (inclusive em trabalhos abordados ou citados por Luce), terminam sendo evidenciadas taxas de mais-valia superiores em países dependentes que em países imperialistas (Franklin, op. cit.), o que, para aqueles que se restringem à dimensão positiva e às categorias trabalhadas centralmente por Marx, não seria o esperado, conforme indicamos. É possível ver essa discrepância no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Taxa de mais-valor (funções de densidade) - Lucros/Salários. 72 países selecionados, 1995-2008



Fonte: Elaboração própria a partir de Martínez González, Valle e Sánchez (2019)

Em uma análise densa em termos quantitativos, seus autores afirmam categoricamente, entre outras coisas:

Corroborou-se, pois, a conjectura própria segundo a qual os países atrasados, com baixa produtividade, possuem alta taxa de mais-valor. Em Martínez (1999a) se faz ver a atualidade do pensamento de Marini [grifo nosso] mediante a exposição da relação de algumas evidências empíricas da conjectura própria antes referida com a ideia da superexploração (MARTÍNEZ GONZÁLEZ et al., 2019, p. 44, tradução nossa).

Constituindo um trabalho de fôlego e que busca aprofundar, tanto teórica como historicamente a atualidade da teoria marxista da dependência, a referida obra de Luce também ressalta, então, a violação do valor da força de trabalho como elemento central da categoria de superexploração.

3 Contribuições em torno à IIPPE

John Bellamy Foster, ao continuar a tradição da revista *Monthly Review*, destacou em suas obras o capital monopolista, o imperialismo, e a necessidade de abarcar fenômenos contemporâneos, privilegiando o novo e o real diante da ossificação de categorias trabalhadas por certos estudiosos de Marx. Ainda que não tenha trabalhado centralmente a temática da superexploração, não a nega de partida, e ao que evidenciamos, passa a fornecer suporte importante aos autores que deslindam essa arena diretamente. Assim, em sua obra, podemos ler:

Dentro deste sistema global, taxas muito mais altas de exploração iriam ser encontradas na periferia do que no centro; e, ao mesmo tempo, o excedente era sugado da periferia para atender às necessidades de desenvolvimento do centro [...](FOSTER, 2006, p. 51, tradução nossa)]

Em trabalho posterior, o termo aparece diretamente em várias ocasiões:

[...] É essa *superexploração* [grifo nosso] que está por trás de grande parte da expansão da produção no Sul Global. O fato de ter sido a base do rápido crescimento econômico de algumas economias emergentes não altera a realidade de que gerou enormes rendas imperiais para empresas multinacionais e capital no centro do sistema.(FOSTER; MCCHESENEY, 2012, p. 138–139, tradução nossa)

Ou de maneira mais taxativa:

Se o novo imperialismo tem sua base na superexploração de trabalhadores no Sul global [grifo nosso], é uma fase do imperialismo que de maneira alguma pode ser considerada benéfica para os trabalhadores do Norte global, cujas condições também estão sendo arrastadas para baixo – tanto pela desastrosa competição salarial global introduzida por multinacionais e, mais fundamentalmente, pelas tendências de superacumulação no núcleo capitalista, aumentando a estagnação e o desemprego (ibidem , p. 151, tradução nossa)

Nessa obra, os autores mostram ciência direta da análise praticamente coetânea desenvolvida por John Smith(2010), seus desdobramentos e relação com a argumentação de Andrew Higginbottom:

“Deve-se notar que o termo "superexplorado" parece ter dois significados sobrepostos na teoria marxista: 1) trabalhadores que recebem menos do que o valor historicamente determinado da força de trabalho, como definido aqui; e (2) trabalhadores que estão sujeitos a trocas desiguais e superexplorados, principalmente no Sul Global. No marco analítico de Amin, no entanto, os dois significados estão unidos. Isso ocorreria porque o valor da força de trabalho é determinado globalmente, enquanto os salários de fato são determinados nacionalmente, e são hierarquicamente ordenados devido ao imperialismo. No Sul global, portanto, os trabalhadores normalmente recebem salários inferiores ao valor da força de trabalho. Esta é a base da renda imperial. John Smith e Andy Higginbottom desenvolveram uma abordagem semelhante à superexploração baseados em Marx.(ibidem, 2012, p. 212, tradução nossa).

Por fim, trabalho recente que relaciona as cadeias globais de valor à superexploração, levado a cabo por Intan Suwandi(SUWANDI, 2019a, 2019b)¹⁰ (ao qual retornaremos adiante), contou com sua supervisão.

Para Andrew Higginbottom, a superexploração deveria ser compreendida como uma terceira forma de elevação da exploração pelo capital, diferente da mais-valia absoluta e mais-valia relativa, reconhecida pelo próprio Marx, mas descartada pelo nível e objetivo de estudo ao longo do Capital. Em argumento muito similar ao que aparece pouco depois nas formulações de Osorio (cf. acima):

Marx discute três maneiras distintas por meio de que o capital pode aumentar a mais-valia, mas ele nomeia apenas duas delas como mais-valia absoluta e mais-valia relativa. O terceiro mecanismo, reduzir os salários abaixo do valor da força de trabalho, Marx consigna à esfera da competição e fora de sua análise(HIGGINBOTTOM, 2009, p. 1 [abstract], tradução nossa).

Em particular, a superexploração seria a melhor a base teórica de transformação da lei do valor ao tratar de passar do nível de análise do capitalismo em geral para o imperialismo, em complemento às teses de Marx, e indo ao encontro das teses desenvolvidas a partir de Lenin e demais clássicos do imperialismo: “A nova análise precisa incorporar o valor como uma relação social imperialista. Se o valor é uma relação social do capitalismo, a transformação do capitalismo em imperialismo também transforma valor.”(ibidem, p. 20, tradução nossa)

Ou, em outra passagem:

¹⁰ Esse trabalho e o de John Smith foram, também publicados pela *Monthly Review Press*, e receberam o prêmio em memória de Baran e Sweezy promovido pela instituição.

A ideia de superexploração precisa ser conceitualmente generalizada no nível necessário de abstração e incorporada na teoria do imperialismo.[...] **A superexploração é a essência comum oculta que define o imperialismo**[grifo nosso]. A classe trabalhadora das nações oprimidas [...] é sistematicamente paga abaixo do valor da força de trabalho da classe trabalhadora das nações opressoras [...]. Isto não é porque a classe trabalhadora do Sul produz menos valor, mas porque é mais oprimida e mais explorada(ibid, 2011, p. 284, tradução nossa).

John Smith, em sua tese de doutorado “*Imperialism & the Globalisation of Production*”, identifica a superexploração como fenômeno central para o imperialismo contemporâneo, como forma de extração de mais-valia do ‘Sul Global’. Em livro premiado surgido como desdobramento dessa obra, a centralidade é mais explícita até no título: “*Imperialism in the twenty-first century: the Globalization of Production, Super-Exploitation and the Crisis of Capitalism*”(SMITH, 2015).

O reconhecimento de Marini, em sua teorização sobre a superexploração, é direto e extenso:

De todos os teóricos da dependência, Marini foi mais longe por esse caminho. Há seis aspectos em sua teoria que sublinham sua relevância continuada. Primeiro, a teoria da dependência de Marini depende da distinção entre mais-valia absoluta e relativa, enquanto a teoria da renda imperialista de Amin dilui essas duas categorias. Segundo, a produtividade do trabalho e as diferenças entre as nações imperialistas e as dependentes quanto a ela, é central na análise de Marini, mas ele evita completamente cair na armadilha euro-marxista de confundir o valor da força de trabalho com sua produtividade. Amin, em contraste, argumenta que "há apenas uma única produtividade, a do trabalho social trabalhando com ferramentas adequadas, em um dado contexto natural". Terceiro, Marini considera que o valor da força de trabalho varia entre as nações, e a ser determinado pela maneira específica pela qual esses diferentes modos de extração de mais-valia são combinados em formações sociais imperialistas e dependentes e pela interação entre elas – uma concepção muito mais dialética do que a noção atemporal e estática de Amin de um único valor global da força de trabalho. Quarto, embora a pesquisa de Marini sobre as origens da troca desigual analise necessariamente a exportação de alimentos e matérias-primas, seu argumento não se baseia na distinção entre matérias-primas e produtos manufaturados, como na hipótese de Prebisch-Singer. Como Higginbottom aponta, sua teoria “combina a gênese do capitalismo orientado para a exportação na periferia com o desenvolvimento do capitalismo industrial no centro”, e é, portanto, de particular relevância para a compreensão do fenômeno da terceirização ou “outsourcing”(SMITH, 2015, p. 218–219, tradução nossa).

Frente ao papel cada vez mais central do fenômeno do *outsourcing*, em particular da terceirização da produção para empresas no Sul Global, Smith o relaciona diretamente à superexploração dos trabalhadores das formações dependentes:

O resultado de três décadas de desenvolvimento sob a égide da "industrialização orientada para a exportação" é que os trabalhadores e pequenos produtores no Sul global não apenas cresceram numericamente, mas se tornaram uma fonte cada vez mais importante da mais-valia que sustenta os lucros, prosperidade e paz social nos países imperialistas. Isso sugere que as noções amplamente usadas de "núcleo" e "periferia" se tornaram enganosas - a super-exploração de trabalhadores de baixa renda no Sul global é agora de importância "fundamental" para os capitalistas nos países imperialistas(ibid, 2010, p. 22, tradução nossa)

Smith destaca que o conceito de superexploração em que se baseia, à diferença da tese de Amin, não descansa sobre uma noção de valor global da força de trabalho. À diferença dos grupos

que denomina como de ‘marxistas ortodoxos’ e ‘euro-marxistas’, Amin, ainda que equivocado nesse ponto, lembra Smith, ao menos o faz em uma análise que ressalta a centralidade do imperialismo, ao contrário de boa parte de seus detratores.

O autor critica também, de forma radical, as estatísticas oficiais, já que não revelam que nenhum átimo das elevadas margens sobre os custos obtidas pelas grandes empresas multinacionais de países imperialistas se originam do trabalho do Sul Global. Efetivamente, a crescente capacidade de transformar práticas originalmente intra-firma – como os famosos (e combatidos como ilegais mesmo nos marcos tradicionais) ‘preços de transferência’ entre filiais e matrizes – em mecanismos presentes no comércio entre corporações formalmente independentes é o que explica o impulso nessa direção.

Os acordos entre corporações de marcas da moda e a terceirização com empresários em Bangladesh, ou entre Apple e Foxconn, em que as últimas empresas aceitam a estipulação ou imposição de preços que implicam baixíssimas margens sobre custos unitários, contra as margens das empresas multinacionais de países imperialistas, se refletem nas estatísticas como se as últimas empresas e seus contratados nos países apropriadores e consumidores gerassem muito maior ‘valor adicionado’, idêntico a essas margens por definição na contabilidade social². Por fim, os imensos ganhos com tarifas de importação e impostos ao consumo e corporações internas para os Estados imperialistas aparecem como outro elemento geralmente deixado de lado em diversas análises.

Walter Daoum lembra que a origem do termo superexploração é atribuível aos marxistas latino-americanos na década de 1960, e que, o mais próximo que encontra em Lenin seriam referências como “[...]seções da classe trabalhadora nas nações opressoras recebem migalhas dos super-lucros que a burguesia obtém pela exploração extra dos trabalhadores das nações oprimidas (‘Sobre a Caricatura do Marxismo e Economismo Imperialista’, 1916)”(LENIN apud DAUM, 2016, p. 1, tradução nossa).

Além disso, o autor esboça a seguinte interpretação da categoria de superexploração:

Houve basicamente duas definições de superexploração. Uma poderia, talvez, se chamar de superexploração absoluta: pagar aos trabalhadores menos que o necessário para reproduzir sua força de trabalho. Por exemplo, Andre Gunder Frank definiu o termo como “a apropriação pelo capital de muitos dos frutos do trabalho dos trabalhadores, que os trabalhadores não podem se manter ou reproduzir sua força de trabalho”.

A segunda definição é baseada em taxas relativas de exploração. Os trabalhadores são super-explorados se sua taxa de exploração for significativamente maior do que o normal porque eles são mal pagos.(ibidem, p. 1, tradução nossa)

A primeira forma de compreender a superexploração, mais característica, estaria referida diretamente aos desenvolvimentos pioneiros da teoria marxista da dependência. A segunda, que apareceu nos debates sobre a troca desigual e transferências de valor, em particulares interpretações

nos textos de Amin, Emmanuel, e Bettelheim, reforça uma linha em que a persistência de distintas taxas de exploração, com taxas maiores em países com menor desenvolvimento das forças produtivas, por conta de salários ainda mais baixos, seria reproduzida através de formas impositivas no bojo do capitalismo imperialista.

O escritor arrisca, então, que

[...]a definição de superexploração deve se concentrar na interpretação relativa, com um soslaio na versão absoluta. Logo: os trabalhadores são superexplorados se estiverem sujeitos a uma taxa de exploração substancialmente mais alta do que a prevalecente nos países economicamente avançados; isso geralmente leva a que sejam pagos abaixo do nível médio necessário para reproduzir a força de trabalho (ibidem, loc. cit., tradução nossa)

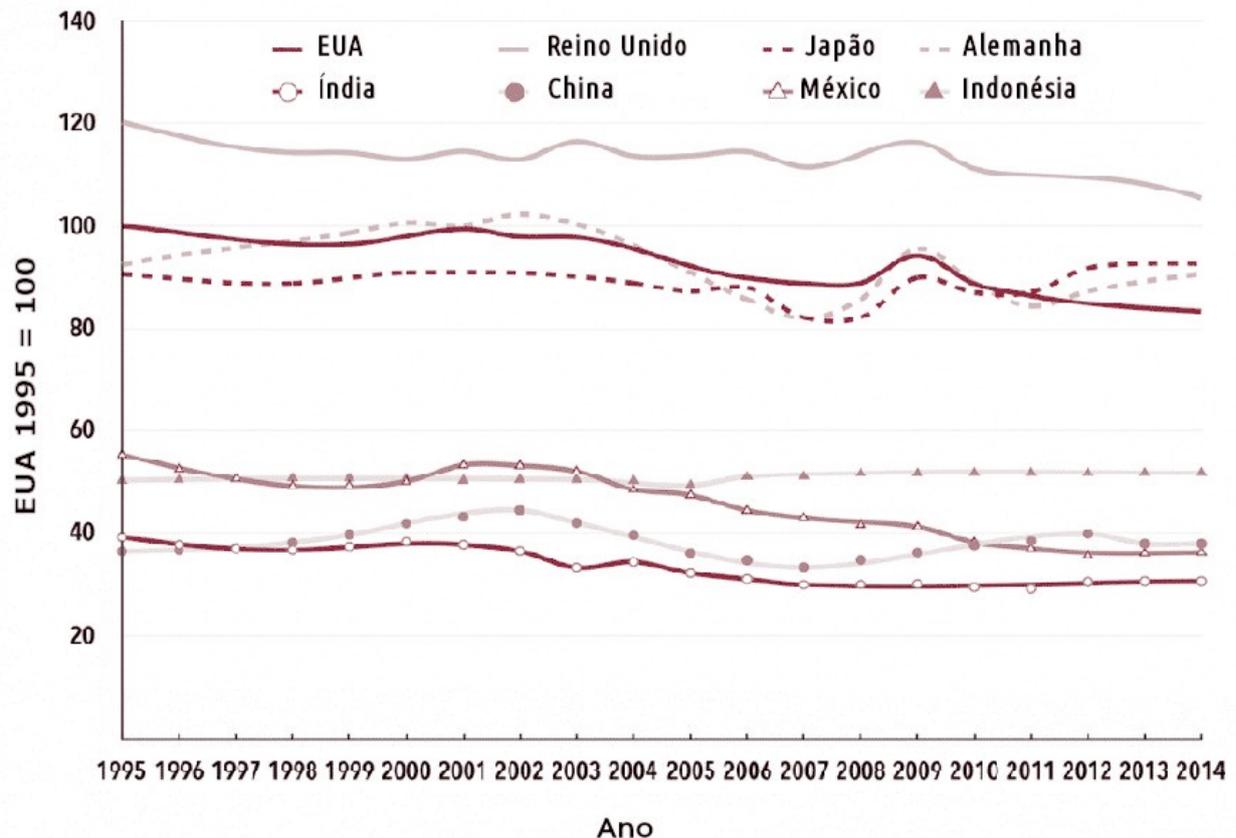
Em todas essas contribuições, ressalta-se como o Estado em países imperialistas, em apoio e em conjunto com suas empresas monopolistas, têm interesses em e contribuem a impor a manutenção de salários mais baixos e taxas de exploração maiores nos países dependentes. As políticas repressivas, pressões para abertura e subordinação econômica, além de políticas migratórias seriam exemplos e desdobramentos imperialistas da crescente importância do recurso à redução salarial como forma de incremento da extração e apropriação de mais-valia no mundo.

A própria intensificação do recurso à superexploração no interior das fronteiras imperialistas (sem constituir seu traço distintivo ou dominante) recairia, em maior monta, nos contingentes de imigrantes, muitas vezes em situação irregular, provenientes do Sul Global.

Por fim, alinhada a essas novas contribuições, Intan Suwandi(2019a, 2019b) vincula com mais detalhe o tema das cadeias globais de valor ao imperialismo. Propõe o termo “cadeias globais de valor-trabalho” como mais adequado para ressaltar a fonte e o objeto em torno do qual se estruturam ditas cadeias, como formas de apropriação de valor por parte das empresas multinacionais dominantes.

A partir do aproveitamento da série disponível de matrizes de insumo-produto globais, com dados setoriais vinculados de 40 países, a autora demonstra como os custos laborais unitários são significativamente menores nos países dependentes em relação aos países imperialistas. É uma forma de mostrar, com grande nível de detalhe e robustez, que as diferenças salariais são significativamente maiores do que eventuais diferenças de produtividade (do trabalho produtor de mesmos valores de uso) no mundo contemporâneo. É o que se pode ver em síntese posterior(SUWANDI et al., 2019) no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Custos Laborais Unitários - Comparação de países selecionados - 1995 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de Suwandi, Foster e Jonna(2019)

O imperialismo contemporâneo descansaria, cada vez mais, em torno da prevalência de formas de superexploração através do capital estrangeiro – seja via investimento estrangeiro direto, seja através das ‘cadeias globais de valor-trabalho’ com ‘formas não patrimoniais’ (*non equity modes*) de imposição da apropriação de valor pelas empresas transnacionais.

4 Uma nova síntese em construção

Como visto, a recuperação da categoria de superexploração, bem como novos debates e controvérsias em torno da mesma, foram revigoradas nos últimos anos, tanto entre autores latino-americanos, como no cenário internacional mais amplo.

Por outro lado, coloca-se a própria manutenção de taxas de exploração muito distintas entre países, derivadas fundamentalmente das diferenças abissais entre salários pagos, como *superexploração relativa*.

Nossa análise prévia, reforçada a partir da síntese apresentada, leva-nos a uma determinação importante: que não seria preciso que o processo de superexploração seja "permanente" para ser "fundamento" e estrutural. Bastaria que "predomine" relativamente a economias centrais. Em outras palavras, mesmo que o processo de *superexploração absoluta* não seja permanente – tal como, por

exemplo, argumentado em Franklin (2015,2019) – se ele é muito mais recorrente e aguçado em formações econômico-sociais dependentes, é o fundamento que explica a generalização da aqui chamada *superexploração relativa* (maior taxa de exploração) nessas formações. Eis que assim, a primeira categoria, fundada por Marini (ainda que em termos algo distintos), seria efetivamente o fundamento da *differentia specifica* da dinâmica do capitalismo dependente. Argumentamos aqui que a superexploração como fundamento da dependência, então, se estabelece em termos de ser forma social essencial na determinação dinâmica, do movimento *sui generis* da reprodução do capital nessas formações. Tanto na forma específica como impacta na elevação da exploração, como nos desdobramentos da reprodução social apontados como a cisão do ciclo do capital e das esferas de consumo; definitivamente, moldando padrões de reprodução do capital próprios.

A seguir, apresenta-se como os novos argumentos incidem em debates diretos ou relacionados à superexploração, em particular: transferências de valor e dependência; relação entre superexploração e exploração; e, por fim, reflexões em torno de dimensões quantitativas captáveis frente a realidade concreta das cadeias globais de valor e seu funcionamento.

4.1 Transferências de valor: único e verdadeiro fundamento da dependência?

Vários autores ressaltam como característica fundamental da dependência as transferências de valor. Katz (2018) e Franklin (2015), inclusive, argumentam que a própria superexploração seria um conceito, em certa medida, contraproducente, desnecessário e irrelevante para compreender a dependência.

O último autor é categórico ao afirmar: “a apropriação de mais-valor através do mercado mundial é o elemento que dá sentido à relação de dependência.” (FRANKLIN, op. cit., p. 171).

Parece importante ressaltar conclusões de suas estimativas preliminares:

Os dados nos revelam é que, enquanto os países desfavorecidos transferem em média 9,3% do valor que geram em seu território, essa mesma magnitude representa um acréscimo de 60,9% no valor consumido pelas nações beneficiadas. Isto nos sugere que os efeitos desse fenômeno são muito mais significativos para a dinâmica econômica desses últimos do que para os primeiros.(ibidem, p. 214)

Essas estimativas corroboram, dentro dos limites dos métodos e informações disponíveis, a importância da forma de exploração¹¹ que permita a sustentação dessas transferências para os países imperialistas.

Alguns comentários de Carcanholo seguem sentido similar:

¹¹ Para Franklin diretamente maiores taxas de exploração, que não superexploração, o que, aceitando-se a sugestão de terminologia de Daum, seria superexploração relativa (no sentido de mais exploração).

[...]as diferentes maneiras pelas quais a economia dependente transfere parte de seu (mais-)valor produzido para as economias centrais, definiriam os condicionantes mais estruturais da dependência. A situação concreta das economias dependentes, em momentos históricos específicos, é dada por estas, em conformidade dialética com determinantes mais conjunturais da situação externa [...] Quando o cenário externo é favorável [...], há como tendência uma maior margem de manobra para as economias dependentes neutralizem - mas apenas isso? os condicionantes estruturais de sua dependência. (CARCANHOLO, op. cit., p. 87-88, tradução nossa)

Carcanholo termina por vincular de forma aparentemente indissociável a categoria de superexploração como mecanismo de compensação de transferências:

Uma das principais críticas feitas [...] é que essas diferentes formas de superexploração são típicas do capitalismo, seja ele dependente ou central. Portanto, eles não podem ser categorias específicas de dependência e, com isso, toda tentativa dos marxistas de pensar sobre a especificidade da dependência é diluída.

Essa crítica parte de uma confusão. A especificidade de uma economia dependente não são as formas de aumentar a taxa de mais-valia. É claro que elas podem ser - e são - implementados nas economias centrais. O específico do capitalismo dependente é que, para enfrentar a transferência de valores - e essa é sua característica central, diferente das economias centrais -, ele não tem a alternativa de aumentar a produtividade, freando essa transferência. Isso tem a ver com várias questões, mas uma delas, fundamental, é que a dependência, entre outras coisas, é, acima de tudo, dependência tecnológica. (ibidem., p. 85, tradução nossa)

Não obstante, mesmo na ausência de transferências em termos líquidos, o argumento acima seguiria em pé, quanto à dependência tecnológica. Poderíamos pensar que, para enfrentar a concorrência mundial, diante da ausência do recurso dominante do aumento da produtividade, os países dependentes precisam recorrer de forma predominante à superexploração.

O que queremos dizer é que, para além de questões terminológicas, as posições aparentadas de Osorio, Smith, Higginbottom e Daum, da não necessidade de que a superexploração seja privativa das economias dependentes para ainda manter sua relevância como fundamento da dependência, tem uma vantagem de clareza e delimitação, bem como de desvinculação sobre um suposto circulacionismo nessa interpretação, tal com ressaltado em vários trabalhos, por exemplo de Rolando Astarita “Astarita [Rolando] destaca que ‘esta visão foi qualificada de circulacionista, porque parece dizer que a circulação das mercadorias [e do capital, talvez] gera o subdesenvolvimento e o desenvolvimento’.”(NOGUEIRA, 2012, p. 40, tradução nossa)

Ou seja, uma vinculação excessiva aproxima, aparentemente, tais interpretações das teses de dependência como dependência externa; relativiza e minimiza a precarização laboral intensa a que têm estado submetidos os trabalhadores nos países imperialistas; e termina por fechar os olhos para os casos, ainda que de menor peso, de países que recebem renda fundiária ou extrativo-mineral em magnitudes importantes, como Venezuela, Chile, Bolívia ou Equador, no caso latino-americano.

Tentar colocar a essência da dependência simplesmente nas transferências, em geral, vem acompanhado de abordagens que terminam por não tratar dos detalhes concretos, observados na realidade, dessas formações. Além disso, esse procedimento implicitamente corre o risco de derivar em um anti-imperialismo sem maior conteúdo de contestação sistêmica. Cessando as transferências, partindo-se desse fio interpretativo, seria possível intuir ou apontar possibilidades de obter uma ‘exploração normal’, sem superexploração.

A postulação da superexploração como fundamento da dependência, passível de generalização no sentido apenas marginal, conjuntural, ou de muito menor predominância em formações econômico-sociais imperialistas frente a dependentes, nos parece, por conseguinte, que consegue apontar para a superação das fragilidades ou contradições acima destacadas. A superexploração traz como consequência um ciclo do capital específico e em reprodução. Se, como indica em suas palavras Higginbottom, “uma vez que a superexploração (taxa mais elevada de mais-valia [*sic*]) se estabelece ela molda a formação social dependente”(2010, p. 1, tradução nossa), mesmo que posteriormente o país possa apresentar conjunturas ou períodos maiores em que deixe de ter valor drenado por troca desigual para o exterior, ao manter um padrão de reprodução do capital cujo fundamento resida na superexploração, manteria seu caráter dependente.

Nestes termos, a compreensão da dinâmica do exército industrial global de reserva, bem como sua distribuição assimétrica nas formações dependentes, pareceria elemento realmente importante, reforçando a importância de trabalhos como Duarte (op. cit.) e Ferreira(2012).

Por outro lado, para além dos elementos puramente internos, reconhece-se explicitamente imposições do imperialismo no sentido de buscar a manutenção de áreas com taxas de exploração distintas – tais como os exemplos dados da discriminação de imigrantes, controles e fechamento de fronteiras à mobilidade internacional dos trabalhadores.

Por fim, formações como Venezuela e Chile (ou Bolívia e Equador), em que não ocorre, necessariamente, drenagem “líquida” de mais-valia para o exterior¹², ao compartilhar uma reprodução do capital assentada na superexploração, adentram sem dificuldade nos marcos da teoria marxista da dependência. Bambirra(1978), em sua crítica a Enrique Semo, lembrava como os países exportadores de petróleo, além de constituírem casos excepcionais, não tinham garantida uma suposta superação do subdesenvolvimento ou o estabelecimento de relações de interdependência

¹² Não se quer aqui afirmar que não haja fluxos de transferência de valor para o exterior nessas formações sociais, como atestam fortemente Venezuela (fuga de capitais ilegal e remessas, por exemplo) e Chile. Mas por longos e repetidos momentos, a apropriação de renda pelos Estados correspondentes, em particular com a nacionalização e forte elevação de royalties, parece que consegue superar o extravasado. Claro está que a apropriação final interna fica muito aquém da possibilidade, mesmo nesses momentos, quanto maior a presença de empresas estrangeiras, ao pensar sobre o ciclo do capital em sua totalidade.

apenas pelo seu privilégio rentístico, uma vez que já apresentavam reprodução do capital baseada na superexploração.

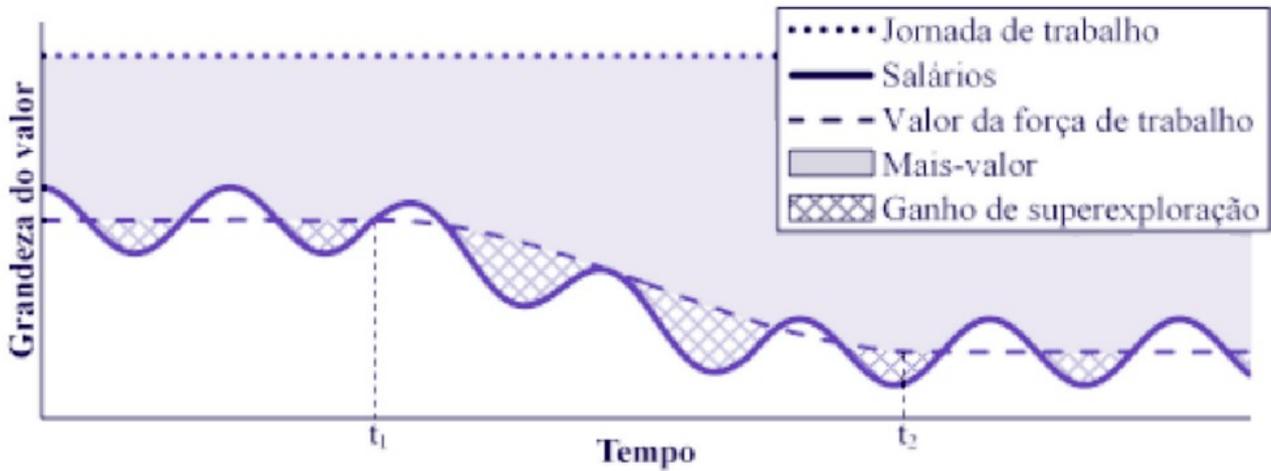
As noções e estudos do ‘capitalismo rentístico’ da Venezuela ou do Chile, na medida em que lancem luz às formas de exploração dos trabalhadores, permitem uma abordagem mais integrada e plena da dependência na América Latina. Efetivamente, Venezuela e Chile não compartilham com as demais formações dependentes regimes em muitas dimensões similares quanto à exploração (e superexploração) da força do trabalho?

4.2 Relação categorial de formas de exploração e imperialismo

Dois elementos importantes devem ser remarcados quanto à superexploração e sua relação com a exploração em quaisquer formações sociais.

Em primeiro lugar, obviamente, tratar dessa questão implica admitir a própria existência do processo de superexploração. Franklin (2015), crítico da noção de que o fundamento da dependência pudesse ser a superexploração, quando pensada de forma estática, ainda a mostra como fenômeno de existência real. Reproduzimos aqui uma amostra das ilustrações sobre formas em que poderia se manifestar esse processo (Gráfico 3):

Gráfico 3: Ampliação relativa do mais-valor por meio da redução de salários no decorrer de variações cíclicas



Fonte: FRANKLIN(op. cit., p. 96)

Nos termos de Daum, poderíamos pensar que a *superexploração absoluta* figuraria como a área identificada como de ‘ganho de superexploração’, e a própria elevação da taxa de mais-valia, resultante do deslocamento da linha representada como de ‘valor da força de trabalho’, na medida em que leve a taxas de exploração maiores do que nos países imperialistas – e diferenças salariais superiores à produtividade, seria fator importante para compreender a *superexploração relativa*, **fundada na primeira, locomotiva específica.**

Então, compreendida nesses termos, a proposta relação entre *superexploração relativa* (‘mais exploração’) e *superexploração absoluta* joga luz à relação entre elevação da taxa de mais-valia e o recurso recorrente ou dominante da superexploração, conforme afirmamos acima. É preciso frisar que, mesmo sem necessidade de incorporar essas denominações tentativas, a manutenção ou incremento da divergência entre taxas de exploração *pode estar fundamentada*¹³ no maior recurso à superexploração nas formações dependentes.

Efetivamente, trabalho anterior como o de Borges(2006), propôs analisar a evolução de taxas de exploração e seus componentes (produtividade e salários) como forma indireta de captar a evolução da taxa de exploração brasileira em comparação à estadunidense e suas causas diferenciais na dinâmica salarial como possível evidência de superexploração no movimento, não de maneira estática¹⁴.

¹³ Aqui indicamos isso apenas como possibilidade, visto não tratarmos de casos históricos concretos; a reflexão neste ponto está colocada em um plano mais geral e formal. Nesse plano, não conhecemos nenhuma hipótese mais robusta quanto ao movimento de acumulação de capital e exploração nas formações dependentes. Do ponto de vista concreto, conforme ressaltamos e diante de nosso próprio acúmulo de evidências, reforça-se ser esse o caso. Fica em aberto todo um campo de estudos concretos para corroborar, ou, no caso de eventuais detratores, negar essa proposição, caso se apresentem interpretação e evidências contrárias.

¹⁴ Precisando ainda mais, seria algo como pensar se a linha declinante no Gráfico 3 (lembrando que a menor valor da

Aliás, uma vez verificada uma tendência de taxas de exploração maiores em regiões dependentes, caso não tenham estado sujeitas em geral a convergência, reforçam-se os comentários anteriores no sentido de compreender a superexploração potencialmente como força principal (daí, em nossa atual interpretação, fundamento) atuando no sentido da divergência (ou não convergência) dinâmica de taxas de exploração entre economias centrais e dependentes.

Assim, o papel de estados e empresas imperialistas a partir da pressão externa e presença interna ganha relevo como elemento material que incide sobre a luta de classes da região. Nesse sentido, essa interpretação parece mais sistemática que afirmações como a de que a “distinção entre as taxas de exploração de diferentes regiões deve ser buscada não na relação de dependência, mas no grau de organização da classe trabalhadora de cada localidade” (FRANKLIN, op. cit., p. 172), as que, explicitadas dessa forma, ficam abertas a interpretações sobre um papel quase exclusivo de “forças internas”, ou que minimizariam o papel da ação imperialista nessa arena.

4.3 Dependência e cadeias globais de valor-trabalho

O estudo de John Smith ressalta a importância de formas que escapam às estatísticas oficialmente produzidas, as quais permanecem ocultas como se de maior produção de ‘valor agregado’ se tratasse nas formações imperialistas. Efetivamente, o autor traz à tona o problema da manipulação dos ‘preços de transferência’:

Além da repatriação de lucros do investimento direto estrangeiro (IDE) pelas empresas transnacionais, o único fluxo de valor S-N [Sul-Norte] reconhecido pelos economistas burgueses como resultado das atividades internacionais das empresas é aquele que resulta dos preços de transferência – como ocorre quando uma ETN super ou subfatura importações e exportações ou sobretaxa despesas comerciais, etc., a fim de transferir lucros para locais com pouco imposto, geralmente paraísos fiscais offshore (SMITH, 2015, p. 263, tradução nossa)

Mesmo estudos ‘ortodoxos’ recentes (MOOIJ; LIU, 2018) estimam que, com todas as incompletudes e imperfeições, a adoção de regras de fiscalização de preços de transferência podiam levar a uma elevação de cerca de 25% na base sujeita a tributação¹⁵.

Quanto às ‘novas formas de governança’ das cadeias globais de valor, e a renúncia de repatriação e manipulação de preços de transferência, reflete Smith:

força de trabalho, maior taxa de exploração) representasse a evolução da taxa de exploração em formação dependente relativa às imperialistas.

¹⁵ E nos locais entre 2006 e 2014 onde passaram a ser adotados, reduzia-se o investimento das ETN em 11% em média, com realocação para outras filiais (ibidem).

Esses são grandes benefícios a serem renunciados – no entanto, as ETN consideram cada vez mais que o relacionamento ‘*arms-length*’ [relacionamento direto entre firmas formalmente independentes – não controladas pelo mesmo grupo] é mais lucrativo do que o investimento direto estrangeiro interno [à corporação]. O fato de o fluxo S-N [sul-norte] de valor e lucro ser invisível significa que esse fluxo não existe? (SMITH, op. cit., p. 82)

Efetivamente, a conformação e dominação das cadeias globais de valor por parte das corporações monopolistas imperialistas vão um passo além do preço de transferência, já que trasladam esse elemento para um comércio *entre* firmas. Ao tempo em que institucionalizam em contratos preços que mantêm elevadas divergências nas margens sobre custos das contratadas, anulam a investigação fiscal, não passível nos marcos jurídicos ao se tratar de atuação acordada por partes formalmente independentes. Além disso, contribuem a ocultar a exploração brutal a que são submetidos os trabalhadores contratados, em última instância, pelos capitais dominantes; novamente, como não empregam diretamente essa força de trabalho, tentam com recorrente sucesso se eximir diante até de tímidas tentativas de ‘cobrança social’ nos marcos do sistema.

Remarque-se, novamente e em acordo com Smith: as estatísticas oficiais atuais não são capazes de refletir corretamente o volume de transferência de valor e troca desigual. Daí, na medida em que avance a importância relativa das “formas não patrimoniais” de imposição de condições entre empresas nas cadeias globais de valor-trabalho, poderia ser esperado, em estudos com indicadores oriundos da contabilidade social, uma redução, que seria apenas aparente, da relevância dos mecanismos de troca desigual e transferência, mesmo que as realidades e relações sociais não tenham apresentado mudanças nesse sentido¹⁶.

Por fim, cabe apenas ressaltar que o novo e crescente fenômeno de ‘formas não patrimoniais’ de dominação das empresas transnacionais sobre as cadeias de valor-trabalho não deve obviar o papel ainda abrumador das formas que envolvem a participação de capital. O estoque de investimento estrangeiro direto, cerca de um terço do PIB mundial (quintuplicação relativa em três décadas), implica um controle significativamente maior da produção pelas empresas de origem imperialista no mundo atual. Por outro lado, o decréscimo na participação respeito ao volume mundial de capitais estrangeiros que países não imperialistas apresentaram parece limitado ao período de 1984 a 1997, dada a recuperação posterior reafirmada em volumes superiores aos recebidos por países imperialistas, e mesmo antes disso, superiores à participação dos países dependentes no PIB mundial, em particular nesta década (BORGES, 2015).

¹⁶ Indicar essa limitação não significa desmerecer nem muito menos rechaçar a imperiosa necessidade de avançar em estimativas e estudos concretos. Apenas é preciso fazê-lo com a consciência de seu caráter de aproximação e com as limitações correspondentes.

5 Considerações finais

A recuperação crítica da categoria de superexploração da força de trabalho atçou o debate teórico regional, e, mais que isso, o transcendeu nos tempos recentes, como evidenciamos.

Em nossa interpretação, as contribuições mais importantes apontaram para uma síntese possível muito alinhada à posição de Osorio e Marini neste tema. Em particular, a superexploração conforma-se não só como fundamento da dependência, nessa síntese, mas como forma de elevação da exploração importante ao considerar o próprio imperialismo em sua totalidade.

Como fundamento da dependência, mostra-se a intuição fundamental de Marini em sua abordagem pioneira do tema. Além disso, contribui a deixar mais clara a desvinculação de noções restritas à dependência externa – inclusive, no limite, as do tipo cepalino – ou da predominância quase exclusiva dos fatores externos, de transferência de valor e troca desigual, para a determinação da dependência.

Quanto à consideração da superexploração nos marcos do imperialismo, permite ressaltar várias dimensões importantes. Além da vitalidade da mesma e da crescente importância como forma de apropriação de valor, de questões granulares como as quantitativas, reforça o reconhecimento e abordagem da própria precarização laboral intensa a que têm estado submetidas as massas trabalhadoras nos países imperialistas nas últimas décadas.

Ambos elementos reforçam a inocuidade de ilusões (neo)desenvolvimentistas¹⁷ – não se trataria simplesmente de eliminar transferências e superar uma dependência externa, mesmo por que os países imperialistas não seriam “modelos ideais”, “desenvolvidos”: a condição de vida dos trabalhadores nesses países também vem sofrendo forte deterioração e continuado ataque.

Por fim, as noções de superexploração absoluta e superexploração relativa, ainda que tentativas e incipientes, oferecem uma solução possível para o impasse em que parecem redundar os debates regionais nos marcos dos intérpretes marxistas latino-americanos da dependência. Em outras palavras, ofereceriam uma saída de unidade teórico-política para tal impasse. Afinal, os críticos à categoria da superexploração não são oponentes, em princípio, do que seria a ‘superexploração relativa’; na realidade, suas abordagens parecem convergir plenamente para sua existência e importância. Resta ainda por determinar a fortaleza dessas noções, e se poderia ser aceita tal terminologia por ambos lados do impasse, questão importante a tratar em futuros debates.

Ainda sem essa terminologia, sobressai a síntese proposta que coloca a superexploração como fundamento do movimento específico da reprodução do capital e da exploração da força de trabalho nas formações dependentes.

¹⁷ Em que pese que a própria secretária executiva CEPAL, de maneira quase despercebida, declarou em fevereiro de 2020, em entrevista ao jornal *El País*, o esgotamento das estratégias de desenvolvimento recentes na região (Fariza, 2020). Cf. Gudynas(2020)

Conforme sugerido, abrem-se a partir destas proposições grandes campos de pesquisa para estudos concretos e aprofundamentos teóricos sobre os padrões de reprodução do capital, a caracterização do imperialismo contemporâneo, e a construção de consciência e estratégias de luta mais integrais dos trabalhadores nas nações dependentes, imperialistas, e internacionalmente articuladas sem sobrepôr o interesse fundamental solidário as realidades que efetivamente enfrentam os proletários.

Referências

- AISCAR, F. L. De la explotación en Marx a la superexplotación de la fuerza de trabajo en América Latina. **Revista Sociedad**, n. 38, p. 4–13. Recuperado de https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/79263/CONICET_Digital_Nro.eae87ed4-73fb-4081-9fe4-d66086481ae2_H.pdf?sequence=5&isAllowed=y, 2019.
- AMARAL, M. S. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho - mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social. **Anais...** . Vitória, 2018.
- ASTARITA, R. La teoría de la dependencia y la teoría de Marx. Notas para la superación de una crisis teórica. In: BORGES, R. E. S; MATEO TOMÉ, J. P.; SIMARRO, R. M. **Globalización, dependencia y crisis económica: análisis heterodoxos desde la economía del desarrollo**. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas (FIM); Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga (CEDMA), 2011.
- BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Ediciones Era, 1978.
- BORGES, R. E. S. **Efectos de las políticas de ajuste fondomonetarista sobre el salario en Brasil de 1990 a 2005: un análisis marxista**. Tesis de Diploma de Estudios Avanzados, Universidad Complutense de Madrid, 2006.
- BORGES, R. E. S. **Financiarización, Cadenas Globales de Valor e Inversión Extranjera en la producción de etanol en Brasil a partir de la liberalización de la agroindustria. Una interpretación marxista del periodo de 1990 a 2010**. Tese de doutorado, Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Recuperado de <https://eprints.ucm.es/40710/>, 2015.
- CARCANHOLO, M. D. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis. Una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.
- CARRERA, J. I. **La renta de la tierra: formas, fuentes y apropiación**. Ediciones Imago Mundi, 2017.
- CARRERA, J. I. Precios, productividad y renta de la tierra agraria: Ni “términos de intercambio deteriorados”, ni “intercambio desigual”. **Realidad Económica**, v. 317, n. 47, p. 41–78, 2018.
- DAUM, W. Notes on super-exploitation from the Imperialism study group. **Redline - contemporary marxist analysis**. Recuperado agosto 1, 2019, de <https://rdln.wordpress.com/2016/07/29/from-the-imperialism-study-group-notes-on-super-exploitation/>, 2016, julho 29.
- DUARTE, P. H. E. **Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil**. Tese de doutorado, UNICAMP, 2015.
- DUARTE, P. H. E. Economia política do trabalho no capitalismo dependente: apontamentos sobre a

marginalidade social e a superexploração da força de trabalho. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 45, n. outubro 2016-dezembro 2016. Recuperado de <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/219>, 2016.

FARIZA, I. América Latina ha perdido el tren de la política industrial y la innovación. Entrevista a Alicia Bárcena, secretaria ejecutiva de la CEPAL. **El País**. Madrid. Recuperado fevereiro 18, 2020, de https://elpais.com/economia/2020/02/05/actualidad/1580921046_527634.html, 2020, 7 fev.

FERREIRA, C. **A classe trabalhadora no Processo bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010)**. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FOSTER, J. B. **Naked Imperialism: The U. S. Pursuit of Global Dominance** *Science & Society*. New York: Monthly Review Press, 2006.

FOSTER, J. B.; MCCHESENEY, R. W. **The endless crisis: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China**. New York: Monthly Review Press, 2012.

FRANKLIN, R. S. P. **Teoria da Dependência: categorias para uma análise do mercado mundial**. Recuperado julho 26, 2016, , 2015.

FRANKLIN, R. S. P. O que é superexploração? **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 689–715. SciELO Brasil. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art04>, 2019.

GUERRERO, D. Un Marx imposible: el marxismo sin teoría laboral del valor. **Investigación Económica**, v. 57, n. 222, p. 105–143. Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Recuperado março 8, 2020, de <https://www.jstor.org/stable/42777479>, 1997.

GUDYNAS, E. América Latina. El agotamiento del desarrollo: la confesión de la CEPAL. **Kaos en la red**. Recuperado fevereiro 21, 2020, de <https://kaosenlared.net/america-latina-el-agotamiento-del-desarrollo-la-confesion-de-la-cepal/>, 2020, 16 fev.

HIGGINBOTTOM, A. Third form of extraction surplus value. . Conference or Workshop Item (Paper), London, UK. Recuperado de <https://eprints.kingston.ac.uk/23277/2/Higginbottom-A-23277.pdf>, 2009, novembro 27.

HIGGINBOTTOM, A. Underdevelopment as Super-exploitation: Marini's Political-Economic Thought. , v. 3, n. November, p. 1–12, 2010.

HIGGINBOTTOM, A. Gold Mining in South Africa Reconsidered: New Mode of Exploitation, Theories of Imperialism and Capital. **Économies et Sociétés**, v. 45, n. 2, p. 261–288, 2011.

KATZ, C. **La teoría de la dependencia, cincuenta años después**. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

KATZ, C. Aciertos y problemas de la superexplotación. **Anuario del PROEHAA**, v. 4, n. 4, p. 33–66, 2019.

KORNBLIHTT, J.; SEIFFER, T. Crítica a las teorías del intercambio desigual y la dependencia a partir del estudio del desarrollo del capital industrial en Argentina y Venezuela. In: V JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, **Anais...**, Córdoba, 2012.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, G.; VALLE, A.; SÁNCHEZ, C. Productividad y tasa de plusvalor a nivel internacional: evaluación empírica. **Problemas del desarrollo**, v. 50, n. 196, p. 27–53. Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM. doi: <http://dx.doi.org/10.22201/ieec.20078951e.2019.196.63004>, 2019.

- MOOIJ, R. A.; LIU, L. At A Cost: the Real Effects of Transfer Pricing Regulations. **IMF Working Papers**, v. 18, n. 69, p. 1. doi: 10.5089/9781484347539.001, 2018.
- NOGUEIRA, C. DOS S. **La situación actual de la teoría marxista de la dependencia: un estudio de los debates contemporáneos en torno a las nuevas formas de dependencia**. Dissertação de mestrado, Buenos Aires: Universidad Nacional de San Martín, 2012.
- NOGUEIRA, C. DOS S. **Desvelamento de contradições da categoria superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini: elementos a partir da economia brasileira**. Tese de doutorado, Vitória: UFES. Recuperado de http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13046_Camilla%20Nogueira%20-%20Tese.pdf, 2018.
- OSORIO, J. **Teoría marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones**. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2016.
- OSORIO, J. Sobre Superexploração E Capitalismo Dependente. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 483–500. doi: 10.1590/s0103-49792018000300004, 2018a.
- OSORIO, J. Los avatares de una nueva interpretación sobre el subdesarrollo y la dependencia . Notas críticas a la propuesta de Claudio Katz. **Herramienta**, p. 1–24, 2018b.
- SHAIKH, A. M. **Valor, acumulación y crisis**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990.
- SMITH, J. **Imperialism and the globalisation of production**. University of Sheffield. Recuperado setembro 19, 2013, de <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Imperialism+&+the+Globalisation+of+Production#0>, 2010.
- SMITH, J. **Imperialism in the twenty-first century. The Globalization of Production, Super-Exploitation, and the Crisis of Capitalism**. v. 1, 2015.
- SOTELO VALENCIA, A. **La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**, 2003.
- SOTELO VALENCIA, A. Dependencia y Sistema Mundial: ¿Convergencia o Divergencia? Contribución al debate sobre la Teoría Marxista de la Dependencia en el Siglo XXI. **Red de estudios de la economía mundial**, p. 1–20, 2008.
- SOTELO VALENCIA, A. **Los rumbos del trabajo. Superexplotación y precariedad social en el siglo XXI**. Ciudad de México: UNAM-Miguel Ángel Porrúa, 2012.
- SOTELO VALENCIA, A. A precariedade do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 119–130. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Adrian_Sotelo2/publication/322828280_A_PRECARIIDADE_DO_TRABALHO_ASSALARIADO_NO_CAPITALISMO_CONTEMPORANEO/links/5c868af8299bf16918f851a7/A-PRECARIIDADE-DO-TRABALHO-ASSALARIADO-NO-CAPITALISMO-CONTEMPORANEO.pdf, 2016.
- SUWANDI, I. Labor-Value Commodity Chains. **Monthly Review**, p. 46–69. doi: 10.14452/mr-071-03-2019-07_4, 2019a.
- SUWANDI, I. **Value Chains: The New Economic Imperialism**. Monthly Review Press, 2019b.
- SUWANDI, I.; JONNA, R. J.; FOSTER, J. B. Global Commodity Chains and the New Imperialism. **Monthly Review**, p. 1–24. doi: 10.14452/mr-070-10-2019-03_1, 2019.